

---

# SER Social

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL  
Brasília, v. 24, n. 50, janeiro a junho de 2022

---

## Crise do capitalismo e a questão social: contribuições ao debate

*Capitalism crisis and the social issue: contributions to the debate*  
*Crisis del capitalismo y cuestión social: aportes al debate*

Sandra de Faria<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-6633-5637>

Recebido em: 13/01/2020

Aprovado em: 02/12/2020

**Resumo:** No artigo, as reflexões sobre a crise do capitalismo e a questão social articulam elementos da relação de exploração da força de trabalho pelo capital, com ênfase no contexto sócio-histórico mundial da crise do capitalismo, após 1970, no neoliberalismo e a reestruturação produtiva, a pós-modernidade e neoconservadorismo. No texto as análises reportam aos fundamentos ontológicos da categoria trabalho como fio condutor para a ideia de que a questão social nos limites da ordem burguesa é mais evidente do que nunca, implicando seu tratamento, ainda que breve, a partir da perspectiva da emancipação humana. Os objetivos norteadores do artigo são pensar no essencial

---

1. Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Afiliação durante a pesquisa - Professora do Curso de Graduação e Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: sandra.f@pucgoias.edu.br.

da luta ideológica contra as desigualdades sociais e o antagonismo de classe, que produzem a questão social. Analisar a questão social constitutiva da sociedade burguesa e suas expressões, refrações e manifestações implicadas na essencialidade do desenvolvimento desigual do processo de trabalho no modo de produção capitalista.

**Palavras-chave:** Trabalho. Crise do Capitalismo. Questão Social.

**Abstract:** In the article, reflections on the crisis of capitalism and the social issue articulate elements of the relationship of exploitation of the labor force by capital, with an emphasis on the world socio-historical context of the crisis of capitalism, after 1970, in neoliberalism and productive restructuring, postmodernity and neoconservatism. In the text, the analyzes refer to the ontological foundations of the category of work as a guiding thread for the idea that the social issue within the limits of the bourgeois order is more evident than ever, implying its treatment, albeit brief, from the perspective of human emancipation. The guiding objectives of the article are to think about the essentials of the ideological struggle against social inequalities and class antagonism, which produce the social issue. Analyze the constitutive social issue of bourgeois society and its expressions, refractions and manifestations implied in the essentiality of the unequal development of the work process in the capitalist mode of production.

**Keywords:** Work. Crisis of Capitalism. Social Issues.

**Resumen:** En el artículo, las reflexiones sobre la crisis del capitalismo y la cuestión social articulan elementos de la relación de explotación de la fuerza de trabajo por parte del capital, con énfasis en el contexto socio-histórico mundial de la crisis del capitalismo, posterior a 1970, en el neoliberalismo y reestructuración productiva, posmodernidad y neoconservadurismo. En el texto, los análisis hacen referencia a los fundamentos ontológicos de la categoría de trabajo como guía para la idea de que la cuestión social dentro de los límites del orden burgués es más evidente que nunca, lo que implica su tratamiento, aunque breve, desde la perspectiva de emancipación humana. Los objetivos rectores del artículo son reflexionar sobre los elementos esenciales de la lucha ideológica contra las desigualdades sociales y el antagonismo de clases, que producen la cuestión social. Analizar la cuestión social constitutiva de la sociedad burguesa y sus expresiones, refracciones y

manifestaciones implicadas en la esencialidad del desarrollo desigual del proceso de trabajo en el modo de producción capitalista.

**Palabras clave:** Trabaja. Crisis del Capitalismo. Cuestión Social.

## Introdução

No artigo, os principais argumentos reportam-se a estudos e investigações que analisam a questão social como constitutiva da sociedade burguesa. Segundo Netto (2012, p. 205)

somente com conhecimento rigoroso do 'processo de produção capitalista' Marx poderia esclarecer com precisão a dinâmica da 'questão social', constituída por um complexo muito amplo, irreduzível à sua manifestação imediata como pauperismo.

No *Capital*, a categoria do valor (teoria do valor) é uma categoria objetivamente central no plano ontológico, categoria que ilumina o que de mais importante existe na estrutura social do capitalismo, ou seja, *o caráter social da produção*. Para Marx, o princípio ontológico do trabalho como categoria se torna o fundamento de uma metodologia rigorosamente científica, que rejeita a eternidade das relações sociais de produção capitalista e a falsificação das relações de exploração do trabalho pelo capital como natural e universal.

No plano ontológico, a categoria do valor (teoria do valor) revela a essência da estrutura social do capitalismo, ou seja, o caráter social da produção capitalista reificada, alienada e fetichizada. Marx, combatendo a supremacia da lógica e da gnosiologia, parte da totalidade do ser social burguês, e busca apreendê-la em todas as suas intrincadas e múltiplas relações, no grau de máxima aproximação possível.

Essa diferenciação teórico-analítica é fundamental para o debate crítico, considerando o contexto de crise do capitalismo, ofensiva neoliberal e domínio do pragmatismo utilitarista, produtivista e neoconservador nas Ciências Sociais, Humanas e Aplicadas a partir de tendências que se limitam a ideologia da economia de mercado e ao fetichismo das relações sociais burguesas. Sabe-se que o positivismo e o neopositivismo formam um movimento político e intelectual pautado no conhecimento científico sobre a sociedade

moderna, a sociedade industrial urbana. Uma Teoria Social voltada para o conhecimento de possíveis reformas sociais nos limites da sociedade burguesa. Assim, dada a perspectiva teórico-analítica norteadora do presente artigo, diferencia-se das vertentes/teses e retóricas que, por motivações ideológicas conservadoras e neoliberais, precinizam a perda da centralidade do trabalho como categoria ontológica, conseqüentemente, naturalizando a questão social e o seu caráter constitutivo da sociabilidade burguesa.

Isso porque, com base na análise de outro estudioso, entende-se que na unilateralização das teses que descontroem o trabalho e/ou fazem seu culto acrítico há a incompreensão e/ou negação da processualidade contraditória presente no ato de trabalhar, “mas é essa processualidade contraditória, presente no ato de trabalhar, que *emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza*, que (re)converte o estudo do trabalho humano em questão crucial de nosso mundo e de nossa vida” (ANTUNES, 2018, p. 26, *grifos do autor*).

Por esse ângulo, pretende-se pensar no essencial da luta ideológica contra as desigualdades sociais e o antagonismo de classe, que produzem as expressões dinâmicas e mutáveis da questão social, no contexto de crise do capitalismo e vinculadas às profundas transformações societárias que não deixam nenhum espaço da vida social intacto.

### **Exploração da força de trabalho, neoliberalismo e neoconservadorismo**

No contexto sócio-histórico mundial de emergência da crise do capitalismo, na década de 1970, desde o fim da segunda guerra mundial, evidenciou-se um esgotamento do padrão de acumulação sustentado pelo binômio fordismo/taylorismo e desencadeou uma ruptura com os ideais sociais-democratas, expressos no *Welfare State*. Contexto em que se desenvolveram estratégias de ofensiva do capital, abrangendo o neoliberalismo com privatização do Estado e desmonte dos setores produtivos públicos, desregulamentação dos direitos trabalhistas, intenso processo de reestruturação da produção com base nas inovações tecnológica, informacional e digital. Em concordância com Antunes (1999) são os ajustes, as medidas socioeconômicas e ideo-

lógicas de enfrentamento da crise de rentabilidade e de transição no padrão de acumulação do capital.

As políticas de ajuste neoliberal, baseadas na retórica do livre mercado, ganharam a ofensiva a partir de 1970/1980, combatendo as políticas sustentadas pelo keynesianismo - pleno emprego, os mecanismos de integração do processo de consumo do proletariado com os salários (salários indiretos) e, principalmente, pelo desmonte do Estado de proteção social, assegurado pela flexibilização, terceirização e precarização do trabalho.

É justo nesse contexto de redução de recursos pessoais advindo do mercado de trabalho que a determinação neoliberal de devolver toda responsabilidade por seu bem-estar ao indivíduo tem efeitos duplamente deletérios. À medida que reduz os recursos dedicados ao bem-estar social e reduz seu papel em áreas como assistência à saúde, o ensino público e a assistência social, que um dia foram tão fundamentais para o liberalismo embutido, o Estado vai deixando segmentos sempre crescentes da população expostas ao empobrecimento. A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Em geral se atribuem os fracassos pessoais as falhas individuais, e com demasia frequência a vítima é quem leva a culpa! (HARVEY, 2013, p. 86).

Do ponto de vista da luta de classes pela hegemonia política, econômica, social e ideológica, o sentido da ofensiva destrutiva e desregulamentadora do capital financeiro se instaura em todos os níveis da vida, segundo Rosas (2019, p. 291),

(...) a reversão das conquistas dos direitos sociais, o crescimento acelerado da pobreza e das desigualdades, a financeirização especulativa e a desprodutização das economias, a privatização mercantilista dos setores restáveis do Estado Social, o endividamento sem alternativas dos países periféricos, o rearmamento e o fomento de novas guerras pela partilha de mercados e de zonas de influência, a marcha cega para a catástrofe climática e ambiental.

Além disso, individualidades personalizadas e orientações morais que combinam uma busca enlouquecida de sentido para a existência emergem como parte desse quadro (BIHR, 1998).

O que se infere dos processos e ofensivas neoliberais e neo-conservadoras é o sentido mais profundo da crise do fordismo e do keynesianismo de expressar uma crise estrutural do capital, manifestando-se na tendência decrescente da taxa de lucro, no sentido destrutivo da lógica do capital (valor em uso), e a impossibilidade de regulação do capital. É relevante assinalar que, na realidade, as crises no capitalismo são imanentes à lógica de acumulação e valorização do capital.

Nesse sentido, é fundamental no capitalismo o uso de opções reais de manipulação (desvalorização da mercadoria, controle macroeconômico, absorção da superacumulação) para conter, absorver e administrar a tendência à superacumulação, flexibilizar e recombina suas estratégias de lucro, extração de mais-valia relativa e absoluta.

Harvey (1993), considerando os antagonismos e contradições essenciais do modo de produção capitalista, teoriza sobre a transição no padrão de acumulação do capital, a flexibilidade dos processos de trabalho, a especialização flexível, a flexibilidade dos mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo. Harvey (1993) é um autor fundamental na análise da acumulação flexível, caracterizando-a pelo surgimento de novas produções, novas formas de prestação de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Em sua interpretação teórica do regime de acumulação dominante do capitalismo após 1970 e 1980, defende a tese de que a acumulação flexível ainda é uma forma de capitalismo e suas características “mostram mais como transformações de aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova” (1993, p.12).

Como o autor explica em outra publicação, “o capital pode apropriar-se da especialização flexível como uma maneira conveniente de buscar formas mais flexíveis de acumulação. Essas duas expressões - especialização flexível e acumulação flexível - têm conotações muito diferentes” (HARVEY, 2013, p. 86).

Na análise do contraste entre o padrão de acumulação fordista/rígido e a acumulação flexível, distingue Harvey (1993, p.168),

No padrão de acumulação rígido predomina a especialização espacial funcional/centralização/descentralização, a divisão espacial do trabalho, a homogeneização dos mercados regionais de trabalho, mercados de trabalho espacialmente segmentados, a distribuição em escala mundial. Na segunda, a acumulação flexível prevalece a agregação e a aglomeração espaciais, a integração espacial, a diversificação de mercado de trabalho – segmentação e integração do mercado de trabalho, a proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas – fusões, a acessibilidade e distanciamento/apropriação e uso do espaço/dominação e controle do espaço e produção do espaço.

No capitalismo de acumulação flexível proliferam um conjunto de método e técnicas de administração como o *just in time*, círculos de controle de qualidade - CCQ, controle estatístico de processo - CEP, controle de qualidade total - CQT, kaizen - melhorias contínuas, visando à desconcentração industrial e aos novos padrões de gestão da força de trabalho. A reestruturação do processo produtivo, em sua base científica, tecnológica e social, direciona a revolução informacional, a flexibilização e a segmentação da produção. Para assegurar mercados e grandes lucros a economia do capital altera, substitui e intensifica os padrões de produtividade, a flexibilização da produção, a desconcentração industrial e os novos padrões de controle da força de trabalho, em escala mundial.

Esses processos, no que diz respeito às necessidades imediatas do grande capital, sintetizam um projeto/processo restaurador, segundo Netto (2012) ancoradas no tríplice mote da flexibilidade, da desregulamentação e da privatização dos bens do Estado. O mercado de trabalho é radicalmente reestruturado e as inovações geram a precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

*A “desregulamentação” e a “flexibilização” que o capital vem implementando hipertrofiam as atividades de natureza financeira (resultado seja da superacumulação, seja da especulação desenfreada), cada vez mais autonomizadas de*

*controles estatal-nacionais e dotadas, graças às tecnologias da comunicação, de extraordinária mobilidade espaço-temporal. Simultaneamente, a produção segmentada, horizontalizada e descentralizada – a “fábrica difusa” –, que é fomentada em vários ramos, propicia uma “mobilidade” (ou “desterritorialização”) dos polos produtivos, encadeados agora em lábeis redes supranacionais, passíveis de rápida reconversão (2012, p. 209)*

A esta análise podem ser adicionados três complexos de mudanças que abrangem também, de forma particular, a dinâmica do mundo do trabalho, afetam a composição da classe trabalhadora, geram novos mecanismos de exploração da força de trabalho, aprofundando as desigualdades sociais configuradas em expressões mutáveis da questão social, em escala planetária: as transformações decorrentes da compressão espaço-temporal, os desafios relacionados às Novas Tecnologias de Informação (NTI) e as mudanças na relação urbano rural, com a questão agrária e a renda da terra cada vez mais associadas a reprodução e valorização de capitais.

A revolução tecnológica e organizacional desempenha um papel-chave na modificação das relações sociais e no deslocamento espaço-temporal. Para Harvey (1993), o sentido histórico do espaço e do tempo na vida social é apreendido como práticas temporais e espaciais que nunca são neutras, experimentam algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, muitas vezes sendo o foco de uma intensa luta social. Para o autor, isso se torna duplamente óbvio ao se considerar as formas como o espaço e o tempo se vinculam com o dinheiro e a maneira como essa ligação se organiza ainda mais estreita com a produção de mercadorias.

Harvey (2013) assinala que as transformações espaciais e temporais envolvem ataques à força de trabalho que se destinam a garantir estoques de mão de obra mais baratos e dóceis e permitir a mobilidade geográfica do capital no domínio de uma força de trabalho global, cuja própria mobilidade geográfica é restringida. “Como a imigração é limitada, são abundantes as forças de trabalho cativas” (p. 181-182).

Imigração ilegal, contratos de curta duração, trabalhadores descartáveis, especialmente, mulheres jovens e crianças, trabalho semiescravo, desemprego estrutural, migração das áreas rurais,

transformações espaço-temporais no mundo do trabalho fazem parte dos ataques da neoliberalização e da acumulação por espoliação (HARVEY, 2013).

Os desafios colocados pelas Novas Tecnologias da Informação (NTI) remetem a análise de diferentes estudiosos, destacando aqui a obra de Lojkin de 1995, contendo suas problematizações sobre as relações de poder que emergem dessas revoluções nas funções envolvidas. Advertiu o autor, esse é um campo de mudança e investigação empírica em que as inovações tecnológica, informacional e digital colocam no centro das atividades humanas a dificuldade do controle de enormes massas de informação, liberadas pela conjunção das tecnologias da informação e das telecomunicações.

Como examina Lojkin em seu livro, ainda sem as evidências atuais da experiência de uberização, pejotização e expansão do trabalho digital, na estandarização da informação, já que não somente o trabalho estandarizado dos empregados, mas ainda que parcialmente alguns elementos do trabalho dos quadros intermediários são objetivados nas redes de computadores, toda a arquitetura organizacional das empresas e dos serviços é revolucionada. E problematiza em que medida uma tecnologia pode liberar diferentes fluxos de informação, funções e organizações, questionando quais relações de poder emergirão destas revoluções nas funções envolvidas. Aí residem, para o autor, determinados desafios desencadeados pelas Novas Tecnologias de Informação (NTI).

O trabalho na era informacional e digital engloba um conjunto de questões e ramificações que vão além do processo de produção capitalista. Em diferentes pesquisas e obras publicadas por Antunes (2000; 2018) são problematizadas tendências no mundo do trabalho, incluindo no setor de serviços, incorporado cada vez mais na preservação e ampliação da lei do valor. Nos termos de Antunes, “o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho” (2018, p. 30).

São múltiplas as exigências de conhecimento que visam apreender mediações e conexões entre as novas tecnologias de informação e comunicação e o modo como impulsionam a precarização

estrutural, intensificam a exploração da força de trabalho e a expropriação dos direitos. Sem dúvida, são elementos centrais nos novos mecanismos de geração de serviços privatizados e mercadorizados,

Portanto, a “longa transformação” do capital chegou à era da financeirização e da mundialização em escala global, introduzindo uma nova divisão internacional do trabalho, que apresenta uma clara tendência, quer intensificando os níveis de precarização e informalidade, quer se direcionando à “intelectualização” do trabalho, especialmente nas TICs. Não raro, as duas tendências se mesclam e sofrem um processo de simbiose. (ANTUNES, 2018, p. 30)

No esboço analítico de Hobsbawm (1994) são indicadas mudanças radicais na relação entre campo e cidade, urbano e rural, industrialização, fim do campesinato e relações de trabalho.

No contexto do desenvolvimento agrícola e das relações sociais no campo, o agronegócio se expandiu, subordinando os interesses nacionais aos interesses do grande capital internacional. Para a questão agrária, políticas econômico-neoliberais, a incorporação de tecnologias inovadoras nos meios de produção e no processo produtivo também prevalecem, acentuando a simbiose entre latifúndio, agronegócio e capital financeiro. Uma realidade em que o camponês é levado à condição de trabalhador/a assalariado/a e o fazendeiro, proprietário da terra, opera como capitalista da agricultura. Essas são transformações nas relações sociais do campo que reportam as análises de Hobsbawm (1994) de que a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade do século XX, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato.

Os complexos de mudanças sintetizados em espaço-temporal, nas inovações tecnológicas e na relação campo-cidade, uma vez ordenados pela racionalização capitalista do processo de trabalho, intensificam a exploração da força de trabalho com a flexibilização e desregulamentação dos direitos sociais, organização flexível do trabalho, flexibilidade nos contratos, tempo-parcial, precário, demissão dos trabalhadores e alta rotatividade. E dominados pelo circuito produtivo de acumulação e valorização do capital, afetam e metamorfoseiam a composição dos assalariados e da classe que vive do trabalho, amplificam a transversalidade entre classe, gênero, etnia e geração no mundo

do trabalho, induzem novas formas de trabalho, como o domiciliar, com a eliminação de empregos e fábricas.

Na unidade dialética do lógico e histórico, apreende-se que as complexas mudanças, verdadeiras transformações societárias deixam para trás as décadas de ouro como experiência e “Tudo indica que essa experiência não se repetirá. Até porque é justamente contra ela que o capitalismo/conservador está apresentando sua conta com juros escorchantes, à custa do sacrifício, inclusive de vidas humanas” (PEREIRA, 2020, p. 103).

O capitalismo para administrar e enfrentar a crise de acumulação de capital que assola os países centrais e periféricos, acentua o caráter de classe na configuração burguesa do Estado, redimensiona sua ação e justifica como inevitável o encolhimento de suas funções sociais e democráticas. O contexto de mistificação da sensibilidade e soberania do consumidor produz falsas oposições entre as políticas neoliberais e sociais-democratas, traça o ambiente para a mitologia do mercado, como regulador geral das relações sociais e propaga teses que defendem a nefasta retórica de redução das funções do Estado na proteção social do trabalho e na efetividade de uma seguridade social ampliada com direitos sociais.

Concomitante a ideologia neoliberal e ao neoconservadorismo projetam as questões ideológicas sobre o desaparecimento das classes sociais, o fim da história, o empreendedorismo, a liberdade individual garantida pela liberdade de mercado e os consentimentos que penetraram no senso comum, desprezo as políticas de proteção social, aos movimentos sociais e as lutas de classe no capitalismo.

O intelectualismo e as análises conservadoras que apostam na agonia e no fim da centralidade ontológica do trabalho, como consequência lógica, no fim das classes sociais mistificam o trabalho em sua vigência sob o comando do capital, eliminando sua dialética contraditória.

Isto porque o sentido do trabalho que estrutura o capital (o trabalho abstrato) é desestruturante para a humanidade, enquanto seu polo oposto, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade (o trabalho concreto que cria bens socialmente úteis) torna-se potencialmente

desestruturante para o capital. Aqui reside a dialética espetacular do trabalho, que muitos dos seus críticos foram incapazes de compreender (ANTUNES, 2018, p. 26, grifos do autor).

Assim, pode-se dizer que o caráter essencialmente conservador da retórica pós-moderna se expressa na forma de desqualificar o conhecimento ontológico do real, priorizando a crônica da experimentação e da representação. O pensamento pós-moderno está aberto ao irracionalismo, a defesa do consenso intersubjetivo e ao conservadorismo intelectual que responde e corresponde à lógica do capitalismo.

Neste ponto de reflexão, é possível retomar o entendimento de que a condição insolúvel da questão social nos limites da ordem burguesa é mais evidente do que nunca. Na dialética histórica, a centralidade da categoria trabalho, como categoria histórica e heurística, é central para investigar ontologicamente as transformações societárias que modificam e intensificam velhas e novas expressões da questão social, no sentido oposto do conhecimento esvaziado e instrumental da espontaneidade imediata da vida, limitado ao aparecer fenomênico da economia e do individualismo acentuado pelo neoliberalismo e pelo neoconservadorismo.

## **Crise do Capitalismo e Questão Social**

Não obstante as expressões fenomênicas e imediatas da vida social, a tendência da economia capitalista é converter todas as outras formas de trabalho em trabalho assalariado, submetido ao processo de trabalho orientado para a criação de valores úteis, criação de lucro e dominado pela lei geral de acumulação e valorização do capital. Como evidenciado por Marx para o processo de valorização, é totalmente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho simples, trabalho social médio ou trabalho mais complexo, trabalho de peso específico superior.

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção

capitalista, forma capitalista de produção de mercadorias (MARX, 1988, p. 155).

A divisão social hierárquica que subordina o trabalho ao capital é vital para a acumulação, valorização, reprodução e expansão do circuito produtivo capitalista. “O capitalista, mediante a compra de força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertence, igualmente” (MARX, 1988, p. 147).

A produção de coisas úteis, de valores de uso, sob o comando do valor de troca, é impulsionada por um sistema de capitais, valorizando o circuito produtivo do capital, sua reprodução e expansão, convertendo o trabalho em meio (sobrevivência) e a força de trabalho, o dispêndio de energia intelectual e física, em mercadorias. O processo de trabalho sob o domínio do capital consolida a negação do ser social como um ser livre e universal. Alienado do objeto e da própria subjetividade, o trabalhador aliena-se enquanto indivíduo e gênero humano. Isso torna seu trabalho alienado e subordinado ao processo de produção que efetua a valorização da mercadoria e a desvalorização da vida (MARX, 1994).

De acordo com Braz e Netto (2007) a alienação é um fenômeno histórico, porque são condições que podem ser superadas no curso de desenvolvimento histórico. A alienação basicamente é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais. No capitalismo o trabalho assalariado, acaba por assumir a forma de trabalho alienado. Ademais, no processo de trabalho estão envolvidas a totalidade das relações de produção que formam a estrutura econômica da sociedade capitalista, a base real sobre a qual uma superestrutura jurídica e política é construída, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (Marx, 1982). O trabalho e o seu processo de organização na sociedade burguesa estão condicionados ao modo de produção da vida material, ao desenvolvimento das forças produtivas materiais, como uma forma especificamente social que se apresenta, na sociedade, como um trabalho que produz valor de uso e, na sua determinidade material, como trabalho que apresenta valor de troca, abstrato, empregado na produção de mercadorias.

Essa distinção pressupõe o trabalho e seu processo como determinação central da ontologia marxiana, forma que pertence exclusivamente ao homem e que constitui o centro de sua humanização. Como fenômeno originado do ser social, como constitutivo do ser que atua, ele transforma, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza, devendo ser considerado, inicialmente, independentemente de qualquer forma social dada. Marx trata o processo de trabalho a partir de seus elementos simples e concretos, como uma atividade orientada para a produção de valores de uso, apropriação do natural para a satisfação das necessidades humanas. Apresenta-o como condição natural e eterna de vida, ponto de partida fundamental e necessário para o desenvolvimento e a emancipação humana.

Marx, elucida a peculiar transformação que o modo de produção capitalista opera no processo de trabalho e investiga o sistema do metabolismo social do capital como processo de produção capitalista, orientado para a expansão e compelido à acumulação. Enuncia a subordinação do trabalho ao capital, desde a produção de coisas úteis e valores de uso ao domínio do valor de troca, visando servir à acumulação, valorização, reprodução e expansão do circuito produtivo capitalista. Conforme afirma Antunes (2000, p.19):

O sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que *operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital*. Não sendo consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável, esse sistema de metabolismo social é, segundo Mészáros, o resultado de um processo historicamente constituído, onde prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital.

Na tradição teórica materialista, histórica e dialética é na dinâmica e particularidades do capitalismo que se inscreve a questão social e suas expressões contemporâneas. E em contraste com o pensamento conservador e suas formulações de que é possível erradicar, resolver e suprimir a questão social sem alterar as instituições fundamentais da sociedade capitalista, “a análise marxiana, fundada no caráter explorador do regime do capital, permite, muito especialmente, situar com radicalidade histórica a ‘questão social’, isto é, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa” (NETTO, 2012, p. 206).

Os homens nas suas relações com os outros homens produzem e reproduzem as condições materiais de sua existência e essas relações são construídas socialmente, relacionando a questão das classes, sem isolar o Estado, as instituições e as ideias. Nessa perspectiva analítica, as expressões contemporâneas da questão social configuram-se a partir da base material e produtiva da sociedade capitalista, bem como suas implicações sociopolíticas e culturais.

As políticas econômicas capitalistas neoliberais hegemônicas priorizam o mercado, a privatização, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, atentam contra os direitos sociais e explicitamente contra a educação pública e a seguridade social (saúde, previdência e assistência social). O autoritarismo avança nas agências e órgãos do Estado, sob o risco de arrastá-lo para a ilegalidade e a violência (MÉSZAROS, 2007).

Nas democracias de mercado, ou corporocracia, como sustenta Pereira (2020) não há espaço para a soberania popular e a autonomia de pessoas com voz ativa. Em sua análise profunda da nova direita, corporocracia e política social, a autora elabora o sobre “a relação simbiótica entre a ideologia da nova direita, as corporações em posição crescente de controle e as políticas sociais, repudiadas e transmutadas à imagem e semelhança desta síntese que amalgama as facetas mais perversas do neoliberalismo e do neoconservadorismo” (2020, pp. 131 e 134),

Primeiro, coopta e desvirtua movimentos sociais, esvaziando seus caracteres anticapitalistas originais, convertendo-os em meras instâncias de luta por representatividade identitária. (...) Segundo, exalta o indivíduo enquanto dilapida suas possibilidades reais de organização coletiva e de exercício democráticos. (...) Por fim, sob o véu mistificador de argumentos racionais, neodireitistas posiciona-se contrários à proteção social comprometida com o atendimento de necessidades sociais, porque, ao confundirem necessidade humanas com preferências individuais, alegam que o Estado não tem capacidade de oferecer soluções que respeitem individualidades e preferências pessoais.

Nos limites dos objetivos do artigo, as análises registram a questão social estruturalmente inscrita na ordem econômico-social

capitalista, consubstanciada na relação capital-trabalho, nas relações entre as classes sociais.

Sua dinâmica muda quando o papel das políticas públicas e dos campos complementares aos direitos trabalhistas sofrem uma reorganização subordinada às políticas econômicas neoliberais, resultando em ações incapazes de atender às necessidades sociais e à chamada condição de cidadania que pode dar sentido ao desenvolvimento econômico, assim como quando as transformações científicas, as tecnológicas e sociais, impulsionam as inovações e mudanças no circuito produtivo capitalista.

O tempo presente é de oscilações e incertezas para as relações sociais no mundo do trabalho, flexibilização dos contratos de trabalho, contratos a tempo-parcial, precários, intermitentes, elevados índices de demissão dos trabalhadores e alta rotatividade, vigorando o descompromisso dos patrões com a qualificação dos trabalhadores, transferida para a responsabilidade desses a capacidade de manter a sua empregabilidade, em que pesem os baixos salários e o desemprego estrutural.

Em suma, é o contexto de um mundo que resvala da estabilidade à crise, crise de crescimento econômico nos países centrais e periféricos, recessão, desemprego estrutural, aumento das desigualdades sociais e ataques devastadores do capital.

As crises econômicas estadunidense e europeia, 2008, 2011, e a hiper crise decorrente da pandemia Covid-19, aprofundam os mecanismos engendrados para enfrentar a crise sistêmica que atravessa o capitalismo. Desse modo, nas suas particularidades, as expressões da questão social são aprofundadas, transformadas e metamorfoseadas, deixando um rastro de exploração, expropriação social e barbarização da vida social em escala mundial. Em sentido contrário, as lutas sociais se desenvolvem por outro mundo possível e necessário, de mudança do estado das coisas, emancipação e livre desenvolvimento dos indivíduos sociais.

## Considerações finais

Na Teoria Social de Marx, não é possível prescindir da história e construir, abstratamente, as categorias analíticas sem estabelecer a sua condição determinante, a sua particularidade e o seu conteúdo heurístico, premissas que indicam os caminhos para se compreenderem as determinações e as determinidades produzidas social e historicamente. Logo, as relações sociais estabelecidas produzem sociabilização adequada às suas exigências, na base do processo de trabalho de produção e das relações de reprodução da vida social. O trabalho e seu processo de organização na sociedade burguesa estão condicionados ao modo de produção da vida material, ao desenvolvimento das forças produtivas materiais, como uma forma especificamente social que se apresenta, na sociedade, como trabalho produtor de valor de uso e, na sua determinidade material, como trabalho que apresenta valor de troca, abstrato, empregado na produção de mercadorias.

Na análise histórica e dialética, é essencial analisar com precisão crítica a imaneente necessidade do capital de controlar e explorar o trabalho, bem como problematizar o pensamento conservador sobre a questão social, os limites do reformismo, a moralização da vida social, as concepções solidária e transclassista e suas implicações.

Na concepção delineada da questão social o fio condutor de análise é que, sendo constitutiva da sociedade burguesa, suas expressões, refrações e manifestações estão implicadas na essencialidade do desenvolvimento desigual e antagônico das relações sociais de produção e reprodução social da vida social no modo de produção capitalista. Logo, como sua condição insólvel nos limites da ordem burguesa é mais evidente do que nunca, denotam as contradições e desafios históricos e imediatos para o enfrentamento da chamada questão social na perspectiva da emancipação humana.

## Referências

- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. **O privilégio da Servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIHR, A. **Da grande Noite à Alternativa.** O Movimento Operário Europeu em Crise. São Paulo: Boitempo, 1998.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.
- HARVEY, D. **Neoliberalismo História e Implicações.** São Paulo: Loyola, 2008.
- HOBBSBAWM, E. **Era dos Extremos.** O Breve Século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARX, K. ; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, K. **O Capital.** Crítica da Economia Política. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Os Economistas, v.1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX K. **Para a Crítica da Economia Política.** Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. **A Miséria da Filosofia.** Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- MÉSZAROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. Revista Argumentum, v. 4, n. 1, p. 102-222, jan./jun. 2012..

NETTO, J. P. e BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do ethos solidário à moral egoísta. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida P. (org.). **Ascensão da Nova Direita e Colapso da Soberania Política**. Transfigurações da Política Social. São Paulo: Cortez, 2020.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova Direita, corporocracia e política social. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida P. (org.). **Ascensão da Nova Direita e Colapso da Soberania Política**. Transfigurações da Política Social. São Paulo: Cortez, 2020. p.

ROSAS, F. **Salazar e os Fascismos**. Lisboa: Tinta da China, 2019.